

A desk setup featuring a computer monitor, keyboard, mouse, lamp, and books. The monitor displays the title of the event. The lamp is on the left, and books are on the right. The keyboard and mouse are in front of the monitor.

GESTÃO

DA

**JUSTIÇA
RESTAURATIVA**



Realização: de 04/11 a 29/11/2021

OBJETIVOS



**JUSTIÇA
RESTAURATIVA**

Informações do Planejamento



GERAL

·Gerir projetos locais de Justiça Restaurativa e os fluxos de trabalho próprios, garantindo o acolhimento dos processos derivados e seu retorno, compatibilizando-os ao sistema de Justiça formal, visando à concretização de espaços, como Núcleos, Centros etc., em que ocorrem as práticas restaurativas.

ESPECÍFICOS

- ·Estabelecer o Diálogo da JR com o Sistema de J Formal
- ·Identificar as esferas viáveis de aplicação da JR
- ·Implantar os projetos de JR nas localidades
- ·Gerir o fluxo de trabalho dos processos derivados

Programe-se para realizar as atividades no prazo!

Conteúdo das Etapas/Unidades 1, 2 e 3:



1. Diálogo entre Sistemas

- 1.1 - Justiça Restaurativa, premissas básicas
- 1.2 - O estabelecimento do diálogo entre a Justiça Restaurativa e o Sistema de Justiça Formal
- 1.3 - Critérios de derivação
- 1.4 - O Sistema jurídico posto e a viabilidade da JR nas diversas esferas

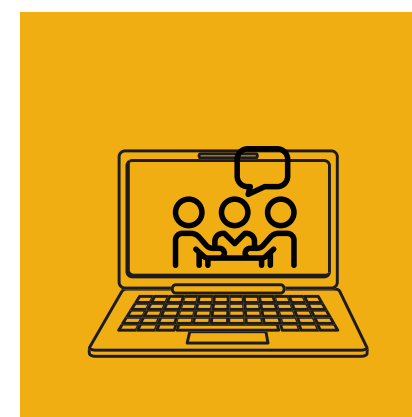
2. Implantação de Projetos

- 2.1 - O papel do Juiz nos Projetos de JR
- 2.2 - Articulações interinstitucionais e comunitárias
- 2.3 - Espaço físico
- 2.4 - Sensibilização e formação
- 2.5 - Fontes de financiamento

3. Gestão do Fluxo de Trabalho

- 3.1 - O papel do Juiz no estabelecimento dos fluxos de JR
- 3.2 - Operacionalização dos Fluxos de trabalho
- 3.3 - Boas Práticas

PROGRAMAÇÃO GERAL



Data	Atividade Síncrona	Atividades Assíncronas
(04 a 08.11.2021)	Ambientação - Inclusão digital	Ambientação - Inclusão digital
9 a 15/11/2021 Carga horária: 10 horas Katia Roncada, Jurema Gomes e Haroldo Rigo	9/11/2021 10h -12h Encontro on-line Introdução ao curso Presença obrigatória	Assistir videoaula (aula gravada) Participar de fórum Atividade avaliativa
16 a 22/11/2021 Carga horária: 10 horas Katia Roncada, Jurema Gomes e Marcelo Salmaso	16 /11/2021 10h - 12h Encontro on-line Presença obrigatória	Assistir videoaula (aula gravada) Participar de fórum Atividade avaliativa
23 a 29/11/2021 Carga horária: 10 horas Alexandre Takashima, Josineide ou Haroldo e Marcelo Salmaso	23 /11/2021 10h - 12h Encontro on-line Roda de Conversa Presença obrigatória	Assistir videoaula (aula gravada) Participar de fórum Atividade avaliativa
25 a 29/11/2021	Não haverá	Entrega do Registro Reflexivo, da Avaliação de Reação do curso e da Atividade Final do curso

Gestão da Justiça Restaurativa



COORDENAÇÃO CIENTÍFICA:

MARCELO NALESSO SALMASO – Juiz de Direito (TJSP)

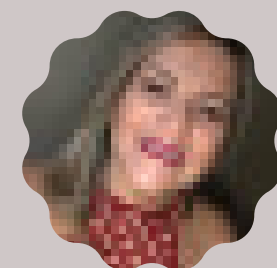
KÁTIA HERMINIA MARTINS LAZARANO RONCADA – Juíza Federal em
São Paulo

JUREMA CAROLINA DA SILVEIRA GOMES - Juíza de Direito (TJPR)

DOCENTES/TUTORES



ADONIRAM PEREIRA RAMOS – Pós-graduado em direito tributário, pós-graduando em direito processual cível, cível e do consumidor. Analista do TJDFT. Atua como facilitador em Justiça Restaurativa na área criminal, desde março de 2018.



IZABEL DA SILVA MESSIAS – Pós-graduada, *latu sensu*, em direito civil e processo civil, pela Universidade Candido Mendes, em parceria com a Atame – Brasília. Atualmente, é supervisora do Centro de Justiça Restaurativa de Planaltina – DF. É facilitadora em Justiça Restaurativa na modalidade mediação vítima-ofensor. É supervisora da parte prática de facilitadores em processo de formação. É membro do corpo de formadores da Escola de Formação Judiciária do TJDFT.



PALOMA MACHADO GRAF – Doutoranda em ciências sociais aplicadas, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (Bolsista Capes), e mestre em ciências sociais aplicadas pela mesma universidade. Especialização *latu sensu* pela Escola da Magistratura do Estado do Paraná e em direito de família, pela Universidade Anhanguera-Uniderp.



RAFAELA DUSO – Possui graduação em psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005). É especialista em Terapia de Família e de Casal, pelo Instituto da Família de Porto Alegre (2008). Atualmente é psicóloga do projeto de Justiça Comunitária - Núcleo Lomba do Pinheiro, do Instituto Cultural São Francisco de Assis. Faz parte do Núcleo de Estudos em Mediação da Escola Superior da Magistratura (Ajuris).



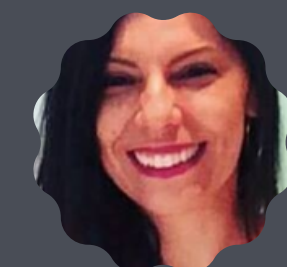
SABRINA PAROLI – Facilitadora e instrutora de Práticas Restaurativas. Com apoio da Kay Pranis, iniciou a multiplicação da Metodologia de Processos Circulares (uma das práticas restaurativas).

Gestão da Justiça Restaurativa

DOCENTES/TUTORES



ALEXANDRE KARAZAWA TAKASCHIMA - Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997). Atualmente é Juiz de Direito da Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.



ANA PAULA PEREIRA FLORES - Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS (2016), com pesquisa na área da Participação Social e Democracia. Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG 2012). Especialista em Direito e Gestão Pública Municipal pela Universidade de Caxias do Sul (UCS 2007).



MARCELO DA CUNHA BERGOS - é juiz de Direito na Comarca de Campinas, membro do Grupo Gestor da Justiça Restaurativa do TJSP, coordenador do Grupo Gestor e membro do Núcleo de Justiça Restaurativa de Campinas (SP), e facilitador em Processos Circulares pela EPM.



MICHELLE DA CONCEIÇÃO COSTA CUNHA - Assistente Social registrada no Conselho Regional de Serviço Social de Sergipe, com atuação na área da Infância e Juventude. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (2002), curso de Especialização Lato Sensu pela UnB/CFESS (2010). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (2016) com pesquisa sobre o trabalho do assistente social no campo sociojurídico. Assistente Social do Juizado da Infância e da Juventude Aracaju - 17ª Vara Cível - desde 2005. Coordenadora do Núcleo Técnico do Juizado da Infância e Juventude de Aracaju desde 2010. Coordenadora do Núcleo de Justiça Restaurativa do Juizado desde 2016. Tem experiência com a temática do adolescente em conflito com a lei e da Justiça Restaurativa



ELIANE CRISTINA CINTO - Integrante do Grupo Gestor, juíza da 1ª Vara e coordenadora do Núcleo de Justiça Restaurativa da Comarca de Laranjal Paulista, compõe a Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo



LEYDJANE NUNES CARVALHO - Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL (2007), Especialização Em Gestão em Saúde pela UFAL (2013) e MBA em Psicologia Positiva e Desenvolvimento Humano pelo IPOG (2019). Atualmente é mestranda do Mestrado Profissional de Ensino na Saúde da Faculdade de Medicina da UFAL. Facilitadora do Núcleo de Práticas de Justiça Restaurativa.



HAROLDO LUIZ RIGO DA SILVA - Possui graduação em Direito pela Universidade Tiradentes (1995). Especialista em Direito Processual Civil (FANESE - 2008). Mestre pela Universidade Federal de Sergipe - UFS (2017). Professor da Escola Judicial de Sergipe (EJUSE). Juiz de Direito da Comarca de Carira - Tribunal de Justiça de Sergipe. Membro do Comitê Gestor de Justiça Restaurativa do CNJ. Coordenador da Comissão de Implementação, Difusão e Execução da Justiça Restaurativa (CIDEJURE) do TJSE. Membro da Comissão Técnica Científica da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude - Abraminj.



JOSINEIDE GADELHA PAMPLONA MEDEIROS - Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), com atuação em Belém-PA em varas de família e Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. É membro da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude do TJPA, Coordenadora da Coordenadoria Estadual de Justiça Restaurativa do TJPA. E também é membro do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Doutoranda em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, área de concentração em Ciência Ambientais, pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e mestre em Direito, com ênfase em Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Pará (UFPA)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS



Unidade 1:

Texto de apoio:

MENDONÇA, Andrey Borges de; CAMARGO, Fernão Pompêo de; RONCADA, Katia Herminia Martins Lazarano. Acordo de não persecução penal e a justiça restaurativa: mais um passo no caminho da transformação social. In: BRANCO, Paulo Gustavo Gonet (coord.). Direitos fundamentais em processo: estudos em comemoração aos 20 anos da Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2020. p. 65-93. Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books-esmpu/direitos-fundamentais-em-processo-2013-estudos-em-comemoracao-aos-20-anos-da-escola-superior-do-ministerio-publico-da-uniao/4_acordo-de-nao-persecucao-penal.pdf. Acesso em: 11/11/2021.

Texto para sugestão de aprofundamento:

PENIDO, Egberto de Almeida; Mumme, Monica Maria Ribeiro; Rocha, Vanessa Aufiero da. Justiça Restaurativa e sua Humanidade Profunda. Diálogos com a Resolução 225/2016. In: CRUZ, Fabrício Bittencourt (coord.). Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em [4d6370b2cd6b7ee42814ec39946f9b67.pdf](https://www.cnj.jus.br/4d6370b2cd6b7ee42814ec39946f9b67.pdf) (cnj.jus.br). Acesso em 11/11/2021.

Unidade 2:

Texto de apoio:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Como Implantar a Justiça Restaurativa em sua comarca. Disponível em <https://www.tjsp.jus.br/Download/CoordenadoriaInfanciaJuventude/JusticaRestaurativa/ComoImplantarJusticaRestaurativa.pdf>. Acesso 11.11.2021.

Textos para sugestão de aprofundamento:

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Planejamento da Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa – versão resumida. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/FINAL-Planejamento-da-Politica-Nacional-de-Justica-Restaurativa-Resumido.pdf>. Acesso em 11.11.2021.

FLORES, Ana Paula; BRANCHER, Leoberto. Por uma Justiça para o Século XXI. In: CRUZ, Fabrício Bittencourt (coord.). Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em [4d6370b2cd6b7ee42814ec39946f9b67.pdf](https://www.cnj.jus.br/4d6370b2cd6b7ee42814ec39946f9b67.pdf) (cnj.jus.br). Acesso em 11/11/2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS



Unidade 3:

Texto de apoio:

SILVA, Haroldo Luiz Rigo da; LEITE, Lucas Romero. As Práticas Restaurativas na Aplicação e Execução de Medidas de Proteção a Crianças e Adolescentes: Perspectivas a partir do Diálogo Interinstitucional Paraná-Sergipe.

Texto para sugestão de aprofundamento:

SALMASO, Marcelo Nalesso. O Grupo Gestor da Justiça Restaurativa da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Justiça Restaurativa como política pública e instrumento de transformação social.

Bibliografia básica

Artigos

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Planejamento da Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa – versão resumida. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/FINAL-Planejamento-da-Poli%CC%81tica-Nacional-de-Justic%CC%A7a-Restaurativa-Resumido.pdf>. Acesso em 11.11.2021.

FLORES, Ana Paula; BRANCHER, Leoberto. Por uma Justiça para o Século XXI. In: CRUZ, Fabrício Bittencourt (coord.). Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em [4d6370b2cd6b7ee42814ec39946f9b67.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/4d6370b2cd6b7ee42814ec39946f9b67.pdf) (cnj.jus.br). Acesso em 11/11/2021.

MEDEIROS, Josineide Gadelha Pamplona Medeiros; NETO, Nirson Medeiros da Silva. Da cultura da violência ao movimento da Justiça Restaurativa: notas introdutórias. Disponível em https://www.academia.edu/44439640/DA_CULTURA_DA_VIOL%CC%81NCIA_AO_MOVIMENTO_DA_JUSTI%CC%87A_RESTAURATIVA_NOTAS_INTRODUT%CC%93RIAS. Acesso em 11/11/2021.

MEDEIROS, Josineide Gadelha Pamplona Medeiros; NETO, Nirson Medeiros da Silva. Notas sobre Quatro Metodologias de Justiça Restaurativa. Disponível em https://www.academia.edu/44439688/NOTAS_SOBRE_QUATRO_METODOLOGIAS_DE_JUSTI%CC%87A_RESTAURATIVA. Acesso em 11/11/2021.

MEDEIROS, Josineide Gadelha Pamplona Medeiros; NETO, Nirson Medeiros da Silva. Breve histórico da Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. Disponível em https://www.academia.edu/44439676/BREVE_HIST%CC%93RICO_DA_JUSTI%CC%87A_RESTAURATIVA_NO_%CC%82MBITO_DO_PODER_JUDICI%CC%81RIO_BRASILEIRO. Acesso em 16/06/2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS



MENDONÇA, Andrey Borges de; CAMARGO, Fernão Pompêo de; RONCADA, Katia Herminia Martins Lazarano. Acordo de não persecução penal e a justiça restaurativa: mais um passo no caminho da transformação social. In: BRANCO, Paulo Gustavo Gonet (coord.). Direitos fundamentais em processo: estudos em comemoração aos 20 anos da Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2020. p. 65-93. Disponível em: http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books-esmpu/direitos-fundamentais-em-processo-2013-estudos-em-comemoracao-aos-20-anos-da-escola-superior-do-ministerio-publico-da-uniao/4_acordo-de-nao-persecucao-penal.pdf. Acesso em: 11/11/2021.

PENIDO, Egberto de Almeida; Mumme, Monica Maria Ribeiro; Rocha, Vanessa Aufiero da. Justiça Restaurativa e sua Humanidade Profunda. Diálogos com a Resolução 225/2016. In: CRUZ, Fabrício Bittencourt (coord.). Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em [4d6370b2cd6b7ee42814ec39946f9b67.pdf](https://www.cnj.jus.br/4d6370b2cd6b7ee42814ec39946f9b67.pdf) (cnj.jus.br). Acesso em 11/11/2021.

PENIDO, Egberto de Almeida. Cultura de Paz e Justiça Restaurativa: uma jornada de alma. Disponível em <https://unimarb.org/docs/justica-restaurativa-e-cultura-de-paz.pdf>. Acesso em 11/11/2021.

PENIDO, Egberto de Almeida. Origens da Justiça Restaurativa no Brasil.

SALMASO, Marcelo Nalesso. A Justiça Restaurativa e sua relação com a Mediação e Conciliação: Trilhas fraternas e identidades próprias.

SALMASO, Marcelo Nalesso. O Grupo Gestor da Justiça Restaurativa da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Justiça Restaurativa como política pública e instrumento de transformação social.

SILVA, Haroldo Luiz Rigo da; LEITE, Lucas Romero. As Práticas Restaurativas na Aplicação e Execução de Medidas de Proteção a Crianças e Adolescentes: Perspectivas a partir do Diálogo Interinstitucional Paraná-Sergipe.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Como Implantar a Justiça Restaurativa em sua comarca. Disponível em <https://www.tjsp.jus.br/Download/CoordenadoriaInfanciaJuventude/JusticaRestaurativa/ComoImplantarJusticaRestaurativa.pdf>. Acesso 11.11.2021.

11.1.2 - Livros

ELLIOTT, Elizabeth M. Segurança e Cuidado - Justiça Restaurativa e sociedades saudáveis. Ed. Palas Athena, 2018.

LEDERACH, John Paul. Transformação de conflitos; tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ZEHR, Howard. Justiça restaurativa: teoria e prática 2. ed. ampl. E atual. São Paulo: Palas Athena, 2017.

ZEHR, Howard. Trocando as lentes: justiça restaurativa para o nosso tempo. Ed. de 25º aniversário. São Paulo: Palas Athena, 2018.